

## NEGÓCIO DA CIÊNCIA

A comunidade científica tem como objetivo orientador a formação de uma sociedade baseada no conhecimento, trabalhando ativamente para fazer avançar o país através da Ciência e Tecnologia, impulsionando também a qualidade das contribuições portuguesas para o cenário científico internacional.

O trabalho científico é desenvolvido no contexto do sistema de Ciência e Tecnologia nacional, marcado por desafios estruturais de origem organizacional e financeira que, muitas vezes, se revelam como barreiras limitadoras da intelectualidade coletiva, que se mostra qualificada para dignar Portugal de um forte reconhecimento internacional.

As mesmas barreiras que limitam o potencial intelectual são as que facilitam a dispersão desta comunidade para outros contextos, que providenciem condições estáveis e que assegurem a continuidade dos seus projetos, assentes no reconhecimento e no investimento nestes.

Os desafios na Ciência e Tecnologia têm sido alvo de exposição por parte da comunidade científica nacional, composta por elementos oriundos do ensino superior, centros de investigação e desenvolvimento que, através da sua massa crítica e ao longo do tempo, se esforçou para reunir as mais relevantes problemáticas em manifestos, direcionados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e outras entidades pertinentes.

Até ao momento, esta comunidade lançou o primeiro<sup>1</sup> manifesto (2011) no contexto da crise financeira em Portugal (2010-2014), com o objetivo de realçar o papel fundamental da investigação científica como motor da inovação e desenvolvimento económico, e o segundo<sup>2</sup> e último manifesto (2018) foi lançado no

---

<sup>1</sup> Ciência Portugal (2011), “Manifesto 2011”, consulta em julho 2019.

<sup>2</sup> Ciência Portugal (2018), “Manifesto 2018”, consulta em julho 2019.

contexto da situação atual que impede os investigadores de planearem a sua atividade, destacando a necessidade de tomar medidas no âmbito da política de ciência, tendo como proponentes instituições de investigação e de ensino superior a nível nacional.

Face aos desafios expostos no manifesto, é necessário adotar uma política de ciência assente nos valores de regularidade, estabilidade e respeito, permitindo assim a elaboração de um plano de médio e longo prazo para a Ciência em Portugal, garantindo uma abordagem direcionada aos seus problemas organizacionais, investindo na transparência e simplificação, e financeiros, desmistificando os concursos de financiamento e assumindo que a Ciência não deve ser considerada um negócio.

A atividade científica, orientada à aquisição e partilha de conhecimentos vitais para a evolução como sociedade, não deve ser vinculada com um carácter lucrativo e consequentemente não deve ser tributada como tal, devendo dispor de isenção do imposto sobre valor acrescentado (IVA), como aconteceu no passado (2009-2012) no panorama geral e que atualmente apenas se aplica às instituições de ensino superior públicas e aos centros de investigação estatais, evitando a sobrecarga de **23%** adicional por cada compra ou serviço no âmbito exclusivo de projetos de investigação.

Segundo o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Europeu (OCDE) denominado *Education at a Glance*<sup>3</sup>, de forma a atingir a convergência com as metas europeias, Portugal tem de atingir um nível de investimento de **3%** do Produto Interno Bruto (PIB) nas áreas de Investigação e Desenvolvimento até 2030, tendo sido atingido um nível de **1,4%** para o passado ano de 2018. No atual contexto fiscal, o investimento necessário para atingir as metas definidas está vinculado com o pagamento adicional da carga fiscal, aumentando o seu valor significativamente e, no entanto, não contribuindo diretamente para o fim pretendido. Assim, é estimado que, anualmente, parte considerável dos fundos disponibilizados são utilizados para cobrir a carga fiscal, condicionando o dinamismo de aquisições e contratações associado ao desenvolvimento de projetos científicos.

---

<sup>3</sup> OECD (2018), "Portugal", *Education at a Glance 2018: OECD Indicators*.

No seio da competição científica europeia, Portugal compete com países europeus cujo investimento médio reside, atualmente, nos **2%**. No entanto, o nível de excelência e qualidade no país permite a subsistência neste cenário. Ainda assim, sem uma previsão de alteração do panorama atual, a comunidade científica nacional arrisca perder esta vantagem competitiva face às suas limitações financeiras.

Estes fatores condicionantes criam um contexto de burocratização e limitação do acesso aos fundos para investigação, inviabilizando uma participação estável na competição científica, implicando a perda parcial ou total de fundos de origem internacional, se considerarmos que impedem o cumprimento de prazos e objetivos estabelecidos nos critérios destes programas devido à falta de recursos disponíveis.

Este cenário de constante debilitação da comunidade científica nacional coloca em causa as oportunidades externas de financiamento e de atração e retenção de talento, o que marca, de forma irreversível e negativa, a prosperidade desta comunidade.

Com o objetivo de dar à comunidade científica os recursos e condições que permitem a integração de Portugal na rede internacional da Ciência, Tecnologia e Inovação, assegurando a sua contribuição assente nos princípios de excelência e qualidade, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas (**ENDA**) em Viseu, nos dias 7 e 8 de setembro de 2019, vêm por este meio:

1. Requerer uma resposta por parte do **MCTES** no âmbito do **Manifesto Ciência 2018**, lançado no ano de 2018, cujos proponentes se revelam como elementos vitais da comunidade científica portuguesa e que até ao momento conta com mais de **5000** subscritores.
2. Requerer a revisão do contexto fiscal em que a Ciência se insere, solicitando que as atividades de fim exclusivamente científico sejam consideradas sob estatuto de isenção fiscal, assumindo que a Ciência é fundamental para o desenvolvimento da sociedade e não um negócio.
3. Requerer a realização de um plano estratégico a médio e longo prazo para a política de Ciência a nível nacional, que contemple a reformulação e desburocratização do sistema de financiamento atual e que permita, de modo



sustentável, mitigar os constrangimentos existentes, de forma a ajudar o nosso país a avançar através da Ciência, da Tecnologia e da Inovação.

**Proponente:** Federação Académica de Lisboa

**Destinatários:** Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES); Ministério das Finanças (MF); Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).